

88. CRIME ORGANIZADO E FRONTEIRA: O PAPEL DO MPPR

Fernando Rodrigues de Almeida

Doutor, Unicesumar.

Maringá – Paraná – Brasil

<http://lattes.cnpq.br/2882794362021505>

<https://orcid.org/0000-0001-6144-7752>

fernando.almeida@unicesumar.edu.br

Júlia Hübner Petenon

Graduanda, Unicesumar.

Maringá – Paraná – Brasil

ra-25145092-2@alunos.unicesumar.edu.br

Giovanna Conte

Graduanda, Unicesumar.

Maringá – Paraná – Brasil

ra-25143654-2@alunos.unicesumar.edu.br

Rafaela Valentina Gagiola

Graduanda, Unicesumar.

Maringá – Paraná – Brasil

ra-25014339-2@alunos.unicesumar.edu.br

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigar a eficácia de órgãos governamentais que combatem o crime organizado em região de fronteira. O objetivo geral é analisar como instituições como o MPPR e a GAECO enfrentam o crime organizado na fronteira do Paraná. Já os específicos são: o crime organizado é tão comum nessas áreas devido ao fato de ser uma zona de fácil acesso e troca de mercadoria ilícitas; papel de instituições, como as citadas anteriormente, é fundamental para o combate desses crimes pois ajudam na identificação de todo o esquema que está por trás desses atos criminosos; são instituições voltadas para crimes contra a segurança pública. A metodologia empregada se refere a uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o método qualitativo. Como problema de pesquisa, discute-se que o papel dessas instituições por mais que sejam eficazes ainda deixam a desejar, principalmente voltado ao tráfico de drogas em região de fronteira. Nesse cenário, justifica-se as dificuldades enfrentadas para o combate desta desavença. Destaca-se, que o papel dessas instituições é notório e mostrem resultados, mas a corrupção nas áreas de fronteiras ainda é um problema a ser combatido. Entretanto, conclui-se que o combate desses crimes seja de demanda maior em relação ao que os órgãos conseguem suportar.

PALAVRAS-CHAVE: Crime organizado, Fronteira, Ministério Público.

ABSTRACT

This study aims to investigate the effectiveness of government agencies responsible for combating organized crime in border regions. The general objective is to analyze how institutions such as the Public Prosecutor's Office of Paraná (MPPR) and GAECO address organized crime along the Paraná border. The specific objectives include: understanding how organized crime becomes prevalent in these areas due to the ease of access and exchange of illicit goods; recognizing that the role of institutions such as the ones mentioned is essential in combating these crimes, as they assist in identifying the structures behind criminal activities; and noting that these institutions primarily focus on crimes that threaten public security. The methodology employed involves bibliographic and documentary research, using a qualitative approach. As a research problem, the study discusses that although these institutions are effective, their actions remain insufficient, particularly regarding drug trafficking in border regions. In this context, the difficulties faced in confronting this issue are justified. It is emphasized that their work is significant and produces results, but corruption in border areas continues to be a challenge to be overcome. Nonetheless, the study concludes that the demand associated with combating these crimes exceeds the capacity of the agencies involved.

KEYWORDS: Organized Crime; Border; Public Prosecutor's Office.

1 INTRODUÇÃO

O crime organizado representa um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema de justiça criminal brasileiro, especialmente em estados considerados estratégicos, como o Paraná. A localização geográfica desse estado, que faz fronteira com países da América Latina como Paraguai e Argentina, acaba por favorecer o tráfico de drogas, armas, contrabando e outros delitos de média e grande escala. Esses crimes encontram, nas áreas de fronteira, facilidades logísticas e operacionais para sua ocorrência e expansão, o que exige das instituições estatais uma resposta rigorosa e eficiente.

Nesse cenário, destaca-se o papel do Ministério Público do Paraná (MPPR), que vem atuando de forma incisiva no combate às organizações criminosas. O MPPR tem promovido investigações aprofundadas, ajuizamento de ações penais e o desenvolvimento de iniciativas institucionais voltadas à desarticulação de estruturas criminosas complexas. Sua atuação é marcada pela articulação com outros órgãos e pelo uso de instrumentos legais que visam atingir a base financeira e estrutural dessas organizações.

Um ponto importante a ser destacado é a atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), órgão vinculado ao Ministério Público e que desempenha papel central no enfrentamento da criminalidade organizada no Paraná. Conforme mencionado no artigo “A atuação da Polícia Militar do Paraná no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO”, de autoria de João Marcos Dutra, esse grupo surgiu justamente da necessidade de um órgão especializado para lidar com as especificidades dos crimes organizados, sobretudo nas regiões de fronteira. Dutra explica que o GAECO foi instituído com o objetivo de enfrentar organizações criminosas e exercer o controle das atividades policiais, principalmente em casos complexos que exigem uma atuação diferenciada. Segundo o autor, a missão do GAECO abrange o esclarecimento dos fatos, a responsabilização dos envolvidos, a preservação da integridade das corporações policiais e a proteção da sociedade em geral.

A atuação conjunta do MPPR e do GAECO tem se mostrado eficaz em diversas frentes, como no apoio às forças-tarefa compostas por membros das polícias Civil e Militar. Essas parcerias interinstitucionais são essenciais para o sucesso das operações, uma vez que o enfrentamento ao crime organizado requer planejamento estratégico, troca de informações e execução coordenada das ações. Um exemplo notório dessa atuação integrada foi observado nos desdobramentos regionais da Operação Lava Jato. Ainda que tenha se originado a nível federal, a operação teve ramificações no Paraná, revelando

esquemas de corrupção, lavagem de dinheiro e práticas ilícitas envolvendo organizações criminosas com atuação no estado.

Esses casos emblemáticos evidenciam a complexidade das redes criminosas e a necessidade de constante aperfeiçoamento das estratégias de combate. O crime organizado opera com alto grau de sofisticação e adaptabilidade, explorando falhas no sistema de fiscalização e aproveitando-se de eventuais brechas na atuação institucional. Por isso, é fundamental que os órgãos de persecução penal, como o MPPR e o GAECO, mantenham investimentos contínuos em capacitação, estrutura e inteligência investigativa.

Em suma, a luta contra o crime organizado na região de fronteira paranaense demanda um esforço conjunto, constante e especializado. A atuação do MPPR e do GAECO é de extrema importância nesse processo, contribuindo para o enfraquecimento de estruturas criminosas e a promoção da segurança pública. Contudo, o desafio permanece significativo, exigindo do Estado respostas cada vez mais eficientes, transparentes e comprometidas com a legalidade e a justiça.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O crime organizado tem se consolidado como uma das maiores ameaças à segurança pública e à manutenção do Estado Democrático de Direito no Brasil, especialmente em regiões de fronteira, como é o caso do estado do Paraná. Nessas localidades, a proximidade com países vizinhos, como Paraguai e Argentina, facilita o trânsito de pessoas, mercadorias e substâncias ilícitas, criando um ambiente propício para a atuação de redes criminosas estruturadas. De acordo com Zaffaroni, Pierangeli e Slokar (2003), o crime organizado se diferencia da criminalidade comum justamente pela sua articulação, estabilidade, divisão interna de tarefas e hierarquia bem definida, funcionando quase como uma empresa paralela ao Estado.

Nesse cenário, o Ministério Público desempenha um papel essencial no enfrentamento dessa criminalidade complexa, por meio de órgãos especializados, como o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO). Criado com o objetivo de oferecer respostas mais eficazes ao avanço da criminalidade organizada, o GAECO atua de forma integrada com as polícias Militar e Civil, exercendo tanto a função de persecução penal quanto o controle da legalidade das ações policiais. Segundo Dutra (2020), sua atuação é marcada pelo uso de tecnologias investigativas avançadas, procedimentos sigilosos e foco em crimes de alta complexidade, como corrupção, tráfico

internacional de drogas, lavagem de dinheiro e outros delitos que envolvem estruturas criminosas sofisticadas.

A atuação de instituições como o Ministério Público do Paraná (MPPR) e o GAECO revela-se fundamental diante da crescente articulação das organizações criminosas nas regiões de fronteira. Como observa Zaluar (2004), o fortalecimento das redes criminosas nas últimas décadas impôs desafios sem precedentes às instituições estatais, demandando novas formas de resposta baseadas em coordenação e especialização. Para Misse (2010), a localização estratégica do Paraná facilita o estabelecimento de mercados ilegais transnacionais, especialmente o tráfico de drogas e armas, além do contrabando e descaminho de produtos. A presença dessas rotas internacionais exige atenção redobrada das autoridades locais, que muitas vezes enfrentam limitações materiais e humanas para agir com a efetividade necessária.

Nesse contexto, a atuação coordenada entre os diversos órgãos estatais torna-se ainda mais relevante. Souza (2015) aponta que o protagonismo do Ministério Público no combate ao crime organizado se dá por meio da condução de investigações autônomas, da fiscalização da atividade policial e da proposição de ações penais qualificadas. Tais ações ampliam significativamente a capacidade de responsabilização dos envolvidos, sobretudo em delitos que envolvem estruturas criminosas complexas. Para Cano (2011), a cooperação entre Ministério Público, polícias e Poder Judiciário é indispensável para o sucesso das operações, sobretudo nas áreas de fronteira, onde os crimes são praticados com maior frequência e sofisticação.

Entretanto, é preciso reconhecer que um dos principais entraves à eficácia das ações de combate ao crime organizado é a infiltração de organizações criminosas nas estruturas formais do Estado. Barros (2017) alerta que, especialmente nas regiões de fronteira, há indícios recorrentes de cooptação de agentes públicos por parte das redes criminosas, o que compromete investigações, enfraquece operações e coloca em risco a integridade das instituições. Feltran (2018), ao analisar a atuação de facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC), demonstra como essas organizações são capazes de criar redes de apoio dentro e fora do sistema prisional, estendendo sua influência para além dos limites territoriais tradicionais do crime.

Frente a esse cenário desafiador, torna-se evidente que o enfrentamento ao crime organizado deve ser pautado por estratégias de longo prazo e por uma política criminal que vá além da mera repressão penal. Lima (2020) argumenta que operações como a Lava Jato

demonstraram o potencial de articulação entre os órgãos de persecução penal e de controle, mas também evidenciaram as limitações dessas instituições diante da complexidade e sofisticação das redes criminosas. Nesse mesmo sentido, Karam (2007) critica o enfoque excessivamente punitivo e defende a adoção de uma política pública baseada na prevenção, na educação e no fortalecimento institucional como pilares fundamentais para a contenção da criminalidade organizada.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, tendo como foco principal a análise da atuação do Ministério Público do Paraná (MPPR) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) no enfrentamento ao crime organizado em regiões de fronteira. A área geográfica de maior interesse é a fronteira internacional do estado do Paraná com os países vizinhos Paraguai e Argentina, reconhecida como uma das principais rotas de tráfico de drogas, armas e mercadorias ilícitas na América do Sul. O objetivo central da investigação é compreender como essas instituições atuam no combate às organizações criminosas transnacionais, com especial ênfase em crimes relacionados ao tráfico.

A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pelo caráter complexo do fenômeno estudado, que envolve aspectos estruturais, institucionais e sociais que não podem ser plenamente compreendidos por métodos puramente quantitativos. A pesquisa qualitativa permite explorar com maior profundidade as nuances do funcionamento das instituições analisadas, seus desafios operacionais e as estratégias empregadas no enfrentamento ao crime organizado.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental. A revisão bibliográfica compreenderá o estudo de obras doutrinárias, artigos científicos e publicações acadêmicas que abordam temas como criminalidade organizada, políticas públicas de segurança, atuação do Ministério Público e estratégias de controle institucional. A pesquisa documental, por sua vez, será realizada com base em legislações vigentes, documentos institucionais, portarias, relatórios oficiais e materiais disponibilizados pelos próprios órgãos públicos envolvidos, especialmente o MPPR e o GAECO.

A bibliografia selecionada visa oferecer um suporte teórico consistente para a análise, permitindo a compreensão das bases legais e institucionais que sustentam a

atuação desses órgãos, bem como das diretrizes estratégicas adotadas no enfrentamento ao crime organizado. Os documentos institucionais complementam esse panorama ao trazer dados empíricos, relatos de atuação, diretrizes internas e resultados obtidos em operações anteriores.

Além disso, será utilizado um estudo de caso, com foco em operações desenvolvidas pelo GAECO no estado do Paraná, especialmente na região de fronteira. A escolha pelo estudo de caso se justifica pela possibilidade de análise aprofundada de situações reais, permitindo compreender como as estratégias são aplicadas na prática, quais são os resultados obtidos, as dificuldades enfrentadas e os impactos das ações desenvolvidas. Essas operações serão analisadas a partir de dados públicos, reportagens, notas institucionais e, quando possível, decisões judiciais relacionadas.

Espera-se, com essa metodologia, obter uma visão abrangente e crítica sobre o papel do MPPR e do GAECO na repressão ao crime organizado nas fronteiras do Paraná. A partir da análise das fontes bibliográficas, documentais e do estudo de caso, pretende-se contribuir para a reflexão sobre a eficácia das políticas públicas de combate à criminalidade organizada e sobre a necessidade de aprimoramento constante das estratégias adotadas por esses órgãos, sobretudo diante da complexidade das organizações criminosas que atuam em nível transnacional.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS OU ESPERADOS

A presente pesquisa permitiu compreender, de maneira aprofundada, a complexidade dos desafios enfrentados pelas instituições estatais no combate ao crime organizado, especialmente em regiões de fronteira como o estado do Paraná. A localização geográfica estratégica, que faz divisa com países como Paraguai e Argentina, favorece a atuação de organizações criminosas transnacionais envolvidas no tráfico de drogas, armas e contrabando. Esses crimes, por sua natureza sofisticada e de difícil enfrentamento, demandam estratégias especializadas, interinstitucionais e contínuas por parte do sistema de justiça criminal brasileiro.

Diante desse cenário, constatou-se que o Ministério Público do Paraná (MPPR), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), desempenha papel central no enfrentamento a essas organizações. A pesquisa evidenciou que a atuação do GAECO, caracterizada pela integração com as polícias Civil e Militar, uso de tecnologias investigativas e foco em crimes complexos, tem proporcionado avanços

significativos na repressão a essas redes criminosas. Ao exercer a fiscalização das ações policiais e conduzir investigações sigilosas, o grupo contribui para maior eficiência na responsabilização penal de agentes envolvidos em delitos de grande escala, como corrupção e tráfico internacional de entorpecentes.

Um dos resultados esperados a partir desta análise é a consolidação de estratégias de enfrentamento interinstitucional que fortaleçam a cooperação entre os diferentes órgãos do sistema de justiça, promovendo uma abordagem integrada e coordenada. Além disso, espera-se que a identificação dos principais entraves enfrentados pelo MPPR e pelo GAECO — como a presença de corrupção institucional e a capacidade de infiltração das organizações criminosas — possa contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, baseadas não apenas na repressão, mas também na prevenção e no fortalecimento das instituições democráticas.

Outro aspecto evidenciado ao longo da pesquisa é a necessidade de aprimoramento das estruturas investigativas e processuais, especialmente diante da crescente sofisticação das organizações criminosas. A análise de casos emblemáticos, como as operações derivadas da Lava Jato, demonstrou tanto o potencial de articulação institucional quanto os limites enfrentados na prática diante da resiliência e complexidade dos grupos criminosos. Assim, espera-se que os resultados obtidos sirvam como subsídio para futuras propostas de reformas legislativas e administrativas que possibilitem uma atuação mais eficiente do Ministério Público em contextos de criminalidade organizada.

A pesquisa também aponta para a importância de investimentos contínuos na formação de profissionais capacitados, bem como na adoção de novas tecnologias que auxiliem na coleta e análise de provas em operações de alta complexidade. Do ponto de vista institucional, torna-se essencial garantir a autonomia, os recursos materiais e humanos necessários para que órgãos como o GAECO possam desenvolver suas atividades com eficácia, independência e segurança.

Dessa forma, os resultados obtidos permitem concluir que, embora haja avanços importantes na atuação do MPPR e do GAECO no enfrentamento ao crime organizado no Paraná, ainda são perceptíveis lacunas estruturais e normativas que limitam o alcance dessas ações. A superação desses obstáculos exige o fortalecimento das redes de cooperação entre as instituições de segurança pública e justiça, a adoção de políticas públicas integradas, e a criação de mecanismos mais robustos de proteção institucional contra a corrupção e a intimidação por parte das organizações criminosas.

Portanto, o aprofundamento desta temática contribui não apenas para o debate acadêmico, mas também para a formulação de estratégias mais eficazes de combate ao crime organizado em regiões de fronteira, garantindo maior proteção à sociedade e à ordem pública. Espera-se, assim, que os conhecimentos gerados por esta pesquisa possam ser utilizados como instrumento de apoio à construção de políticas criminais mais eficientes, voltadas à repressão qualificada e à prevenção da criminalidade organizada no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ZAFFARONI, Eugenio R.; PIERANGELI, José Henrique; SLOKAR, Alejandro. Criminologia: uma visão latino-americana. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- DUTRA, João Marcos. A atuação da polícia militar do Paraná no grupo de atuação especial de combate ao crime organizado – GAECO. Artigo acadêmico, 2020.
- ZALUAR, Alba. Violência e criminalidade no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2015.
- CANO, Ignacio. Mapeamento dos grupos de extermínio e milícias no Brasil. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2011.
- BARROS, Rodrigo. Corrupção e crime organizado nas fronteiras brasileiras. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 25, n. 123, 2017.
- FELTRAN, Gabriel. Irmãos: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- KARAM, Maria Lúcia. As faces do encarceramento: a prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.